



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANIEL MAIA OLEGARIO

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* DOS RELATÓRIOS DE  
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE EMPRESAS  
BRASILEIRAS

FORTALEZA

2013

DANIEL MAIA OLEGARIO

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* DOS RELATÓRIOS DE  
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE EMPRESAS  
BRASILEIRAS

Artigo submetido à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Editinete Andre Garcia Rocha.

FORTALEZA

2013

## AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* DOS RELATÓRIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS

**Autor:** Daniel Maia Olegario

**Orientadora:** Editinete Andre Garcia Rocha

### RESUMO

O presente estudo apresenta como objetivo avaliar o nível de *disclosure* voluntário dos relatórios socioambientais da GRI (versão G3), mediante o cálculo do Grau de Aderência Plena (GAPIE) e do Grau de Evidenciação Efetiva (GEE), dos indicadores econômicos, ambientais e sociais de empresas brasileiras em 2011, que publicaram relatórios socioambientais de acordo com as diretrizes da GRI-G3. Assim o estudo, de natureza qualitativa utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental e análise de conteúdo para coleta e análise dos dados. Da análise dos dados, pode-se concluir que tanto o GAPIE como o GEE mostraram que as empresas estudadas apresentaram o menor nível de *disclosure* voluntário nos indicadores sociais com 33,33%. A omissão de muitos indicadores essenciais da GRI explica o baixo nível de divulgação dos indicadores sociais da GRI, ao contrário dos indicadores econômicas e ambientais que apresentaram níveis mais altos. Outro ponto que deve ser destacado é o grande distanciamento entre as empresas com maior e menor nível de *disclosure*, evidenciando os diferentes estágios de aderência às diretrizes da GRI. Apesar disso, não houve distorções das informações prestadas pelas empresas, ou seja, as informações divulgadas pelas empresas são coerentes tanto se avaliadas pelo GAPIE quanto pelo GEE. Um grande desafio para este estudo foi a falta de padronização na elaboração dos relatórios, pois cada entidade apresentava seu próprio estilo de demonstração dos indicadores. Isso dificultou o acesso as informações requeridas pela GRI e também na análise comparativa com outras empresas que utilizam o mesmo modelo.

**Palavras-Chaves:** relatórios socioambientais; *Disclosure*; GRI-G3.

### 1 - INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial, começou a surgir dentro do meio empresarial e da sociedade civil, um maior interesse em temas relacionados ao modo de vida da humanidade e a relação desta com o planeta. Nesse contexto, começaram a ocorrer mudanças na postura das empresas, no que se refere ao relacionamento com a sociedade. E isso se deve a um crescimento de uma corrente ideológica preocupada com as questões de responsabilidade social (RS) e o desenvolvimento sustentável da humanidade, com o intuito de tornar a sociedade mais justa para as futuras gerações (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

De acordo com Rezende, Mecchi e Soares (2004), devido aos desenvolvimentos da corrente ideologia relacionada à RS começaram a surgir várias conferências mundiais sobre o tema, como: a conferência de Estocolmo na Suécia em 1962, que deu ênfase aos problemas ecológicos vividos pela humanidade; o congresso de Belgrado em 1957, que deu origem a chamada carta de Belgrado, estabeleceu as metas e princípios da Educação Ambiental; Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, lançou o relatório “Nosso Futuro Comum”, que deu origem a Comissão Brundtland; ECO-92, ou *United Nations Conference on Environment and development* (UNCED), lançada no Brasil, que culminou com a criação do documento

conhecido como Agenda-21; mais recente, temos o parágrafo 47 do documento final da Rio+20, onde trata do compromisso dos governos em incentivar a publicação de relatórios de sustentabilidade por parte de organizações.

Atualmente vivencia-se uma revolução na comunicação mundial, e isso se deve em sua plenitude à nossa era de globalização, onde as entidades e a sociedade necessitam, a cada dia, de informações mais fidedignas do meio onde situam. Além disso, essas empresas estão constantemente, buscando uma maior interatividade com seus colaboradores, no sentido de gerar mais transparência das informações por ela cedidas e confiabilidade para os seus produtos oferecidos ao mercado.

Entende-se que a busca por transparência, tendo como sinônimo *disclosure* surgiu da necessidade das empresas demonstrarem as suas informações de forma clara para os vários *stakeholders*, que se utilizam dos dados fornecidos pela corporação, tanto positivas quanto negativas, para fins diversos (GOULART, 2003).

Com base nessas mudanças vividas na sociedade, as empresas passaram a relatar a sua mudança de postura, na forma de relatórios, objetivando a busca por melhorias em relação à *disclosure* contábil, relacionadas com os novos conhecimentos socioambientais. Surgiu então, a necessidade de criar ferramentas que demonstrassem as informações voluntárias referentes às práticas de sustentabilidade desenvolvidas por estas organizações, para os diversos *stakeholders* (NASCIMENTO *et al.*, 2011).

Assim, com a disseminação dessa ideologia de elaboração de relatórios sociais, as organizações passaram a ganhar mais transparência nas demonstrações e na prestação de contas, o que é fundamental para dar mais credibilidade. Com base em estudos de Silva e Chauvel (2011), constatou-se uma preferência pelo consumo de produtos e serviços daquelas empresas que desenvolvem políticas de sustentabilidade. Considerando todo um movimento em torno da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), as companhias passaram a aderir a iniciativas de divulgações voluntárias de suas ações a partir de modelos desenvolvidos por diversas instituições, que se aprimoram e estão se integrando a modelos mais universais.

Aliando-se o aumento do nível de divulgação de informações, com a forte tendência das organizações na publicação de relatórios socioambientais, como forma de prestar conta com a sociedade das práticas sociais desenvolvidas, surgiu a *Global Reporting Initiative* (GRI) ou (Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios), que é responsável pela elaboração de diretrizes para relatórios de sustentabilidade, pois possuem ampla credibilidade internacional, devido a práticas que zelam pela transparência sobre os indicadores econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) das empresas (GRI, 2006). Sendo a versão mais atual do GRI, a G3 denominada de terceira geração, que foi lançado em outubro de 2006, mas também existe a versão G3.1 publicada em março de 2011.

Considerando a prática da divulgação voluntária de informações socioambientais, o presente estudo tem como propósito analisar os relatórios de sustentabilidade das 10 maiores empresas brasileira de capital aberto, segundo a Revista *Forbes* no ano de 2011, a partir das diretrizes da GRI, versão “G3” e utilizando os cálculos do GAPIE e do GEE. O primeiro foi criado a partir de estudos de Dias (2006), para averiguar se as empresas estão cumprindo as determinações da GRI, já que afirmam elaborar relatórios de sustentabilidade seguindo tal modelo. Já a segunda, foi elaborado por Carvalho em 2007, e trata do nível de informação apresentado ao usuário pela empresa em comparação com o potencial fornecido pela GRI.

A questão problema deste estudo consiste em saber: qual o grau de aderência (GAPIE) e o grau de evidenciação efetiva (GEE) dos relatórios de sustentabilidade das 10 maiores empresas de capital aberto conforme o modelo GRI-G3?

Para atingir o objetivo geral será apresentada a teoria da divulgação voluntária, um estudo sobre o relatório da GRI- G3 e, por fim, a apresentação dos indicadores utilizados no estudo para a análise do GAPIE e do GEE.

A identificação do nível de divulgação de informações de caráter voluntário das maiores empresas brasileiras constitui um indicador importante a fim de se verificar a importância que tais empresas estão atribuindo à transparência de suas ações socioambientais, considerando que o tema Responsabilidade Social Empresarial vem se tornando relevante dentro do cenário internacional.

## 2 – REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 *Disclosure* Voluntário

O assunto *disclosure* voluntário referente aos relatórios de sustentabilidade é bastante aceito à medida que a divulgação de informações úteis se constitui a principal ferramenta de comunicação entre a entidade e os stakeholders. Para Murcia e Santos (2009), a elaboração das informações voluntárias acarreta em desembolso recursos por parte da empresa, diante disso, a empresa só divulgará essas informações se os benefícios gerados forem superiores aos custos da publicação.

Um tema de grande destaque na área contábil surgiu desde a década de 80 pela pesquisa positiva internacional em contabilidade chamada Teoria da Divulgação. Segundo Alencar (2007) os precursores desse estudo foram Verrecchia (1983) e Dye (1985). O objetivo de tal pesquisa era explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras, para analisar as consequências da divulgação de demonstrações, a partir dos efeitos econômicos para uma empresa decidir divulgar as informações voluntariamente de interesse dos *stakeholders*. (LIMA, 2009)

Devido as exigência dos usuários por informações mais transparentes, surgiu nesse contexto a Teoria da Divulgação Voluntária como forma de complementar a Teoria da Divulgação a partir dos estudos aprimorados de Verrecchia (2001). De acordo com Salloti e Yamamoto (2005) essa teoria esta relacionada ao modelo denominado julgamento, quando a administração avalia a possibilidade de divulgar ou não as informações de forma espontânea levando em consideração os fatores que podem impactar no mercado, por exemplo, o preço de suas ações.

Baseado nos estudos de Verrecchia apud Alencar (2007), a divulgação ou não de uma informação para os *stakeholders* está relacionada ao custo financeiro que esta informação acarretará para a empresa, ou seja, logo se conclui que a empresa fará uma análise para verificar os custos benefícios acarretados por uma possível divulgação.

De acordo com Verrecchia apud Lima (2007), as pesquisas sobre a divulgação podem ser divididas em três categorias: Divulgação Baseada em Associação (*association-based disclosure*); Divulgação Baseada em Discricionariedade (*discretionary-based disclosure*) e Baseada em Eficiência (*efficiency-based disclosure*).

As pesquisas efetuadas com base na divulgação baseada em Associação têm um caráter exógeno e buscam correlacionar a divulgação com o comportamento dos ativos e volume de negociação. Nas pesquisas baseadas na categoria julgamento, analisa-se o processo de divulgação endógeno onde se avalia como os gestores decidem divulgar determinadas informações e quais os incentivos atribuídos aos gestores para divulgação. Na

categoria eficiência se discute tipos de divulgações que promovem a eficiência da divulgação, ou seja, que reduza a assimetria informacional.

Para efeito de análise, a palavra *disclosure* tornou-se evidente mediante os estudos de Salotti e Yamamoto (2006) e tem sentido complexo, sendo interpretada como sinônimo de transparência, evidenciação, e tudo que a empresa divulga com o objetivo de tornar públicas as suas atividades e ações em benefício da sociedade. Logo, o grande desafio seria elaborar relatórios apontando as ações positivas e negativas da empresa, ou seja, faz-se necessário evidenciar informações de qualidade e elevando o nível de transparência das informações apresentadas.

Relacionando o trabalho com os estudos de Verrecchia apud Lima (2007), conclui-se que os objetivos da pesquisa se enquadram no modelo de Divulgação Baseada em Discricionariedade ou Julgamento (*discretionary-based disclosure*), que é tido para Yamamoto e Salotti (2006), como teoria do *disclosure* voluntário, que é um processo de divulgação endógena, que leva em consideração os incentivos oferecidos às empresas, para que estas apresentem as informações não obrigatórias.

No Brasil, de acordo com as normas contábeis, a publicação de informações ambientais não é obrigatória. De acordo com Lanzana (2004), pode-se dizer que pesquisas sobre o nível de *disclosure* nas empresas brasileiras são bastante escassas, haja vista ser uma área de estudo recente no Brasil. No entanto, já há uma preocupação no sentido de se produzir balanços sociais cada vez mais complexos, tanto que já existem algumas recomendações para a divulgação ambiental, como: em 2004 a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) editou a NBR 16.001 e posteriormente a NBR 16.002, onde ambas tratam das normas da equipe de auditoria, que estabelece formas e parâmetros para análise e avaliação da responsabilidade socioambiental, definindo assim, regras e diretrizes para a certificação. Também há a Norma e Procedimento de Auditoria n.11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Resolução n.1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n.15.

## 2.2 Relatórios Socioambientais

O balanço social representa um levantamento de indicadores ambientais, econômicos e sociais da empresa, que visa ampliar o diálogo com os *stakeholders* e expor os objetivos da empresa no passado, no presente e para o futuro (INSTITUTO ETHOS, 2007). Logo, as organizações que se utilizam destes meios de informação voluntária, terão cada vez mais credibilidade no mercado onde atuam, pois estão baseando suas atitudes em transparência e credibilidade para os usuários.

O ato de prestar contas das ações desenvolvidas pelas empresas tem como objetivo melhorar a imagem destas, perante consumidores e investidores, levando a conclusão de que não se deve apenas produzir a preço justo e qualidade adequada, como forma de justificar a sua existência perante a opinião pública (CUNHA E RIBEIRO, 2008).

Sabe-se que a contabilidade social tem grande relevância para aqueles que se utilizam das informações cedidas pelas empresas, para auxiliá-los na tomada de decisões. A partir de então passou a haver uma pressão por parte dos usuários destas informações, no que se refere à exatidão e neutralidade e comparabilidade.

Com essa ideologia de difusão dos balanços sociais e dos relatórios sociais, passou a haver uma maior difusão dessas informações, tendo indicadores respeitados atualmente,

como os relatórios GRI G3, os do IBASE e os do INSTITUTO ETHOS (ALBERTON; CARVALHO E CRISPIN, 2004).

### 2.3 GRI

A GRI é uma organização não governamental criada em 1997, com sede em Amsterdã na Holanda, que nasceu como iniciativa da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), uma ONG americana composta por vários setores da sociedade civil organizada, juntamente com investidores preocupados com as questões socioambientais, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e em 2002 se tornou uma instituição independente (GRI, 2006).

A primeira versão da GRI surgiu em 1999 porém só foi lançada em junho de 2000. Após várias mudanças foi elaborada a segunda versão em 2002. Depois de muitas discussões, foi elaborada em 2006 a terceira geração dos relatórios da GRI, conhecida de G3. Mas existe, uma versão ainda mais atual da terceira geração, é a G3.1 formulada em 2011, que é um aprimoramento da G3. (INSTITUTO ETHOS, 2007). Porém é sabido que a versão G4 da GRI, já se encontra em fase de pré-lançamento, prevista para ocorrer em maio de 2013.

A GRI foi criada com o objetivo de aprimorar e disseminar os métodos de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade e desenvolver diretrizes que sejam globalmente usadas para padronização das informações econômicas, sociais e ambientais. (GRI, 2006). Apesar de existirem outros modelos de relatórios socioambientais, o modelo da GRI é o de maior aceitação mundial, sendo utilizado por grandes grupos econômicos. (INSTITUTO ETHOS, 2007).

A estrutura de relatórios de sustentabilidade da GRI, de acordo Instituto Ethos (2008), é a única aceita mundialmente. A grande aceitação e confiabilidade desse relatório são justificadas pela preocupação com a qualidade técnica e a grande relevância dos dados informados, conquistando credibilidade e confiança dos *stakeholders*.

Ao elaborar seus relatórios sociais baseados no modelo da GRI, as empresas avaliam o próprio conteúdo dos seus relatórios, verificando qual nível de aplicação a entidade se enquadra, nos níveis intitulados C, B e A, conforme Quadro 1. A entidade se auto declara apresentar determinado nível, e o critério de escolha de cada nível indica a evolução da aplicação ou cobertura da estrutura da GRI, (GRI, 2006). Além disso, podendo apresentar um sinal de mais (+) ao lado da letra, quando auditado externamente por empresa de auditoria ou quando a GRI for solicitada para examinar a auto declaração.

Quadro 1: Nível de aplicação do GRI

Nível de Aplicação		A	A+	B	B+	C	C+
<b>CONTEUDO DO RELATÓRIO GRI</b>	<b>Perfil da G3</b>	Os itens 1.1 e 1.2, 2.1 a 2.10, 3.1 a 3.13 e 4.1 a 4.17	<u>Com Verificação Externa</u>	Os itens 1.1 e 1.2, 2.1 a 2.10, 3.1 a 3.13 e 4.1 a 4.17	<u>Com Verificação Externa</u>	Os itens 1.1, 2.1 a 2.10, 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12, 4.1 a 4.4, 4.14 e 4.15	<u>Com Verificação Externa</u>
	<b>Formas de gestão da G3</b>	Forma de gestão para cada categoria de indicador		Informação sobre a forma de gestão para cada categoria de indicador		Não exigido	
	<b>Indicador de desempenho G3 e de desempenho setorial</b>	Todos os indicadores da G3 e do suplemento setorial, com a devida consideração ao princípio da materialidade para responder ao indicador e para explicar sua eventual omissão.		No mínimo 20 indicadores de desempenho, com no mínimo 1 da área de desempenho econômico, ambiental, direitos humanos, trabalhistas, sociedade e responsabilidade pelo produto.		No mínimo 10 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos 1 na área ambiental econômico e social.	

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (2007, p.20 e 21).

A versão G3 da GRI contém três tipos de indicadores distintos: econômicos, sociais e ambientais, distribuídos da seguinte forma: 9 indicadores econômicos, sendo 7 essenciais e 2 adicionais; 30 indicadores ambientais, sendo 17 essenciais e 13 adicionais e 40 indicadores sociais, sendo 25 essenciais e 15 adicionais, totalizando 79 indicadores. Além desses, há também os indicadores de desempenho setorial.

O grande desafio dos relatórios da GRI é oferecer informações que satisfaçam as necessidades das partes interessadas (*stakeholders*), bem como evidenciando informações, tanto positivas como negativas, das ações sociais, econômicas e ambientais desempenhadas pelas organizações.

#### 2.4 Grau de Aderência Plena (GAPIE) e Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)

Para facilitar a compreensão dos relatórios sociais, surgiram os estudos de Dias (2006) e Carvalho (2007) que criam respectivamente os modelos de grau de aderência plena (GAPIE) e de evidenciação efetiva (GEE).



O primeiro modelo denominado de GAPIE surgiu dos estudos de Dias (2006) e tem como objetivo avaliar a obediência das empresas sobre as determinações da GRI, já que afirmam elaborar relatórios de sustentabilidade seguindo tal modelo. Para Dias (2006), o uso dos relatórios socioambientais da GRI não significa qualidade das informações apresentadas pelas empresas.

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Indicadores essenciais com } \underline{\text{APL}} + \text{Indicadores essenciais } \underline{\text{OJ}}}{\text{Total de indicadores essenciais} - \text{total de indicadores } \underline{\text{NA}}}$$

Sendo:

APL = Aderência Plena; OJ = Omitidos com Justificativa e NA = Não Aplicáveis.

Conforme Dias (2006), no numerador, é apresentado o total dos indicadores omitidos com justificativas (OJ) adicionado dos indicadores essenciais de aderência plena (APL) porque para a GRI é permitida a não apresentação de indicadores propostos, se for devidamente justificado. Em seguida, no denominador, realiza-se a subtração do total dos indicadores não aplicáveis (NA) em relação ao total dos indicadores essenciais para não distorcer o resultado final das empresas e não gerar interpretações equivocadas, devido a não aplicação do indicador na atividade da empresa.

Por sua vez, o indicador intitulado como GEE foi elaborado por Carvalho (2007) com base nos estudos de Dias (2006), que relata o nível de informação publicado pelas empresas para os *stakeholders*, por meio dos relatórios socioambientais, utilizando-se dos indicadores essenciais fornecidos pela GRI-G3. Carvalho (2007) em seus estudos evidenciou o cálculo do GEE da seguinte forma:

$$\text{GEE} = \frac{\text{Indicadores essenciais com } \underline{\text{APL}}}{\text{Total de indicadores essenciais} - \text{total de indicadores NA}}$$

Sendo:

GEE = Grau de evidenciação efetiva; APL = Aderência Plena e NA = Não Aplicáveis.

O trabalho de Carvalho (2007) complementou o estudo de Dias (2006) com a criação de um novo índice denominado GEE. De acordo com o índice, considera-se no numerador, somente o total dos indicadores de aderência plena (APL). Já no denominador, verifica-se o total dos indicadores essenciais subtraído do total de indicadores não apresentados (NA), para encontrar o resultado do GEE da empresa.

Os estudos desenvolvidos pelos dois autores buscaram avaliar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade publicados anualmente pelas empresas de acordo com as diretrizes propostas pela GRI.

Sabe-se, porém que a principal diferença entre os indicadores GAPIE e o GEE, consiste no fato de os indicadores omitidos com justificativas (OJ), serem considerados como informação importante para Dias (2006), tanto que este incluiu esta classe de indicador no cálculo do GAPIE, em contradição, Carvalho (2007) desconsidera os indicadores (OJ), para o cálculo do GEE. Portanto, a principal diferença entre as duas fórmulas, está no fato dos indicadores (OJ), não serem consideradas como informações válidas no GEE, pois a omissão

de informações socioambientais poderá prejudicar a compreensão dos usuários (CARVALHO, 2007).

### 3 - METODOLOGIA

Na construção do Referencial Teórico utilizou-se da técnica na revisão bibliográfica tendo como fontes livros, artigos científicos, revistas especializadas, e sites específicos. Na opinião de Gil (2002), “pesquisa bibliográfica é o desenvolvimento com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Os dados foram levantados a partir de uma pesquisa documental realizada nas páginas de *web site* das companhias, caracterizando, portanto como uma pesquisa com a utilização de fontes primárias e dados secundários. Segundo Marconi e Lakatos (2003) “é evidente que dados secundários, obtidos de livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, cuja autoria é conhecida, não se confundem com documentos, isto é, dados de fontes primárias”. O caráter documental da pesquisa ocorre devido a análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas referente ao ano de 2011.

Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada por Bardin apud Mozzato (2011) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que tem como objetivo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Para efeito de cálculos do GAPIE e do GEE, foram utilizados somente indicadores essenciais, pois estes são mais relevantes na apresentação dos relatórios, ao contrário dos indicadores adicionais, que são aplicados com o intuito de refletir informações complementares das empresas estudadas bem como os suplementares setoriais. Logo, as categorias de análise para a análise de conteúdo são os 3 grupos de indicadores econômicos, ambientais e sociais e as subcategorias de análise são os indicadores essenciais de cada grupo apresentados no Quadro 5 da próxima seção.

As informações obtidas dos relatórios de sustentabilidade foram coletadas por meio da internet, nos *sites* oficiais de todas as empresas estudadas, objetivando assim adquirir uma maior segurança e fidedignidade dos dados, pois se buscou as fontes de originais das informações. Além disso, foram feitas buscas em *sites* da internet, inclusive no *site* da própria GRI, que ajudou a adquirir fundamentações teóricas atualizadas e detalhadas dos relatórios socioambientais das empresas estudadas neste trabalho.

Segundo Dias (2006), se a informação é prestada pelo relatório social da empresa, esta pode se enquadrar como sendo:

Quadro 2: Classe das informações

CLASSE	SIGLA	DENOMINAÇÃO	CONCEITO
APRESENTADAS	<b>APL</b>	ADERÊNCIA PLENA	Quando todas as informações requeridas pelo indicador essencial da GRI foram expostas no relatório socioambiental fornecidos pela organização.
	<b>AP</b>	ADERÊNCIA PARCIAL	Quando somente parte das informações requeridas pelo indicador essencial da GRI foram repassados pela organização em seu relatório de sustentabilidade.
	<b>D</b>	DÚBIO	Quando os dados apresentados pela organização não são claro para afirmar classificar se a aderência é plena ou parcial.
	<b>I</b>	INCONSISTENTE	Quando os dados apresentados pela organização no relatório social divergem das informações requeridas pelo indicador essencial da GRI.
NÃO APRESENTADAS	<b>ND</b>	NÃO DISPONIVEL	Quando a organização reconhece a importância do indicador e este é pertinente as suas atividades, porém não tem condição de apresentar.
	<b>NA</b>	NÃO APRESENTADO	Quando o indicador do GRI não é pertinente as atividades ou setor de atuação ou atividade da organização.
	<b>OJ</b>	OMITIDO COM JUSTIFICATIVA	Quando a organização omite por decisão própria, uma informação requerida pelo indicador essencial da GRI, apresentando uma justificativa para tal atitude.
	<b>O</b>	OMITIDO	Quando a empresa não relata nada em relação ao indicador essencial da GRI.

Fonte: Adaptado de Dias (2006) e Carvalho (2007)

Em suma, para cada um dos indicadores essenciais constantes do Quadro 5, analisou-se se as informações foram apresentadas ou não, com as características (APL, AP, D, I, ND, NA, OJ, O) conceituadas no Quadro 2.

Buscou-se com a análise dos indicadores essenciais das empresas estudadas, fazer uma apreciação mais profunda dos níveis de aplicabilidade, com o intuito de fazer uma pesquisa mais critica e observar o nível de *disclosure* das informações que são apresentadas ou não para os *stakeholders* interessados nos dados fornecidos pelas companhias. Para iniciar este trabalho, primeiramente foram analisados os relatórios para verificar se as empresas cumprem ou não as recomendações de divulgação dos indicadores da GRI, para posteriormente calcular o GAPIE e GEE criados respectivamente por Dias (2006) e Carvalho (2007).

Para realização da pesquisa foram escolhidas as 10 empresas que foram consideradas pela Revista *Forbes*, no ano de 2011, como 10 maiores empresas brasileiras, Quadro 3 . Das

10 maiores empresas de capital aberto, apenas 8 disponibilizaram em seus *sites* os relatórios socioambientais referentes ao ano de 2011, conforme o modelo da GRI, portanto a amostra estudada será composta de 8 empresas. As empresas Itaú S.A e CSN não publicaram os seus relatórios sociais, impossibilitando qualquer estudo, A empresa Itaú S.A por ser uma *holding* controladora de empresas, não divulgou relatório de sustentabilidade. Apresentou apenas relatórios individuais de suas controladas, que incluem: Itaú Unibanco, Duratex, Elekeiroz, Itaotec. Porém não se enquadra nos objetivos de estudo desta pesquisa. A CSN não efetuou a publicação dos seus relatórios de sustentabilidade no modelo GRI no ano de 2011. Em comunicado no site da BMF&BOVESPA, a Companhia afirma não ter publicado os relatórios socioambientais, porque está em processo de mensuração desses dados conforme os padrões dos relatórios da GRI-G3 para porventura ser divulgado em anos posteriores.

Quadro 3: Ranking das maiores empresas brasileiras e o setor de atuação

<b>COLOCAÇÃO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>SETOR</b>	<b>PUBLICAÇÃO GRI</b>
<b>1°</b>	<b>PETROBRAS</b>	Petróleo, Gás, Energia	2011
<b>2°</b>	<b>ITAÚ UNIBANCO</b>	Financeiro e Outros	2011
<b>3°</b>	<b>BRADESCO</b>	Financeiro e Outros	2011
<b>4°</b>	<b>BANCO DO BRASIL</b>	Financeiro e Outros	2011
<b>5°</b>	<b>VALE</b>	Mineração	2011
<b>6°</b>	<b>ITAÚ S/A</b>	Financeiro e Outros	Não Publicou em 2011
<b>7°</b>	<b>ELETROBRAS</b>	Energia Elétrica	2011
<b>8°</b>	<b>CSN</b>	Siderurgia	Não Publicou em 2011
<b>9°</b>	<b>CEMIG</b>	Energia Elétrica	2011
<b>10°</b>	<b>OI</b>	Telecomunicações	2011

Fonte: Adaptado da revista *Forbes*.

A partir da análise dos relatórios de GRI, buscou-se calcular os níveis GAPIE e GEE, para os indicadores econômicos, sociais e ambientais das empresas estudadas e, na sequência, enquadrou-se os resultados encontrados, conforme o Quadro 4, atribuindo-se uma classificação de A, B ou C para cada conjunto de indicadores, que poderia coincidir ou não com o nível por elas autodeclarado.

Quadro 4 – Níveis de Apresentação do GAPIE e GEE

<b>NÍVEIS DE APLICAÇÃO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>NÍVEL DE APLICAÇÃO</b>
0% - 25%	BAIXO	<b>C</b>
25% - 62%	MÉDIO	<b>B</b>
62% - 100%	ALTO	<b>A</b>

Fonte: Adaptado de Castro, Siqueira e Macedo (2009).

O sinal (+) acrescentado aos níveis de aplicação A, B e C do Quadro 4, refere-se ao fato da empresa ter sido auditada por uma empresa de auditoria externa ou pela própria GRI. Logo, os níveis utilizados no Quadro 4 adaptados do estudo de Castro, Siqueira e Macedo (2009) refere-se apenas as letras sem as siglas.

#### **4 - ANÁLISES DOS RESULTADOS**

A partir da análise individual dos relatórios GRI-G3 de cada empresa, calculou-se os graus de aderência plena e de evidenciação efetiva dos indicadores Econômicos, Ambientais e Sociais. Assim, foi possível verificar o nível de divulgação voluntária das 8 maiores empresas brasileiras de capital aberto no ano de 2011, que atuam em setores econômicos variados.

No Quadro 5 pode-se observar detalhadamente os indicadores essenciais apresentados nos relatórios socioambientais, nos quais as empresas analisadas obtiverem ou não aderência plena (APL). Com base na análise feita neste estudo, a não aderência a alguns indicadores impactou na redução dos índices GAPIE e GEE.

Quadro 5 - Quadro-Resumo da análise de conteúdo dos relatórios GRI G3 das empresas estudadas

INDICADORES		Petrobras	Itaú Unibanco	Bradesco	Banco do Brasil	Vale	Eletrobrás	Cemig	Oi
ECONÔMICOS	Ec1 DVA e valores distribuídos	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
	Ec2 Implicações financeiras oriundas das atividades (mudanças do clima)	APL	APL	APL	APL	APL	O	APL	APL
	Ec3 Cobertura do plano de pensão e benefícios que a empresa oferece	APL	APL	APL	AP	APL	O	APL	APL
	Ec4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	APL	APL	D	APL	APL	O	APL	APL
	Ec6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	AP
	Ec7 Método e proporção de membros alta gerência para contratação local	OJ	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
	Ec8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	O
	AMBIENTAIS	En1 Materiais usados por peso ou volume	ND	APL	APL	APL	APL	O	APL
En2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem		APL	ND	APL	APL	APL	O	APL	O
En3 Consumo de energia direta discriminada por fonte de energia primária		APL	APL	APL	D	APL	AP	APL	APL
En4 Consumo de energia indireta discriminada por fonte primária		APL	I	APL	APL	APL	APL	APL	APL
En8 Total de retirada de água por fonte		APL	APL	APL	AP	APL	APL	ND	APL
En11 Localização e tamanho da área possuída, dentro de áreas protegidas		APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	O
En12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade		APL	NA	APL	OJ	APL	APL	APL	O
En16 Total de emissões diretas/indiretas de gases do efeito estufa, por peso		APL	APL	APL	APL	APL	D	D	APL
En17 Outras emissões indiretas relevantes de gases do efeito estufa, por peso		APL	APL	APL	APL	D	D	APL	APL
En19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso		APL	APL	APL	OJ	APL	O	APL	O
En20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, tipo e peso		D	APL	APL	NA	APL	APL	APL	O
En21 Descarte total de água, por qualidade e destinação		APL	APL	APL	AP	APL	O	APL	O
En22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição		I	APL	APL	I	APL	APL	APL	APL
En23 Número e volume total de derramamentos significativos		APL	NA	NA	NA	APL	APL	O	O
En26 Iniciativas para mitigar impactos ambientais e redução conseguida		APL	APL	APL	APL	AP	APL	APL	O
En27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas		APL	O	ND	NA	APL	O	O	O
En28 Valor monetário de multas de não conformidade com leis ambientais	APL	APL	APL	APL	OJ	APL	APL	O	
CI AI	Hr1 % e número de contratos que incluem cláusulas de direitos humanos	AP	ND	I	APL	I	APL	OJ	O

Hr2 % de empresas contratadas submetidas a avaliações de DH	APL	APL	APL	APL	D	O	APL	O
Hr4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	ND
Hr5 Operações com risco ao direito de exercer a liberdade de associação	I	APL	APL	APL	I	D	APL	APL
Hr6 Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	AP	APL	APL	AP	APL	D	D	ND
Hr7 Operações com risco significativo de trabalho forçado ou escravo	APL	APL	APL	AP	APL	D	D	NA
So1 Natureza, de programas que avaliam impactos das operações	APL	APL	APL	APL	APL	APL	D	O
So2 % e número de unidades submetidas a avaliações de riscos corrupção	AP	AP	APL	APL	APL	O	APL	O
So3 % de empregados treinados em políticas anticorrupção	AP	APL	APL	APL	APL	O	ND	ND
So4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	I	APL	APL	APL	APL	APL	APL	ND
So5 Posições sobre participação na elaboração de políticas de lobbies	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	AP
So8 Valor e número de multas resultantes da não conformidade com leis	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	O
La1 Total de trabalhadores, por tipo e contrato de trabalho, por região	APL	APL	APL	APL	APL	AP	I	APL
La2 Taxa de rotatividade	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
La4 Negociação coletiva	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
La5 Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais	AP	ND	ND	D	ND	O	APL	ND
La7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, por região	AP	AP	APL	AP	AP	AP	AP	O
La8 Programas de prevenção de doenças graves	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
La10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário.	APL	APL	APL	APL	AP	APL	APL	APL
La13 Diversidade	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
La14 Proporção de salário entre homens e mulheres, por função	APL	APL	APL	APL	APL	APL	OJ	APL
Pr1 Ciclo de vida de produtos e serviços e impactos na saúde e segurança	APL	AP	APL	APL	AP	O	AP	O
Pr3 Tipo de informação e % exigida por procedimentos de rotulagem	APL	NA	AP	I	APL	AP	APL	O
Pr6 Programas de adesão às leis relacionadas a comunicação e marketing	APL	APL	APL	APL	APL	ND	APL	O
Pr9 Não conformidade–fornecimento e uso de produtos	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	O

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Diante dos resultados encontrados foi elaborado um ranking do GAPIE, sendo este apresentado de forma decrescente em relação ao total geral dos indicadores essenciais, como é mostrado a seguir no Quadro 6.

Quadro 6: Grau de Aderência Plena (GAPIE)

Empresa	Grau de Aderência Plena (GAPIE)				Nível de Aplicação Autodeclarado	Nível de Aplicação Calculado
	Indicadores (%)			Total		
	Econômicos	Ambientais	Sociais			
<b>Bradesco</b>	85,71	93,75	88	<b>91,48</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Vale</b>	100	88,23	72	<b>83,33</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Itaú/ Unibanco</b>	100	80	79,16	<b>82,60</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Cemig</b>	100	76,47	72	<b>80,85</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Petrobras</b>	100	82,35	68	<b>79,16</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Banco do Brasil</b>	85,71	71,42	80	<b>73,46</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Eletrobrás</b>	42,85	52,94	52	<b>52,08</b>	<b>B+</b>	<b>B</b>
<b>Oi</b>	71,42	35,29	33,33	<b>43,18</b>	<b>C</b>	<b>B</b>
<b>Média das Empresas</b>	<b>85,71</b>	<b>72,56</b>	<b>68,06</b>	<b>73,27</b>	<b>-</b>	<b>A</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Analisando os resultados do Quadro 6, a primeira observação é que das 8 empresas que divulgaram os relatórios socioambientais, 6 apresentaram alto nível de aplicação calculado dos indicadores essenciais da GRI. Logo se conclui que as empresas realmente se enquadram nos níveis de aplicação A+ declarado nos seus relatórios.

O banco Bradesco S.A, obteve o maior índice geral de todas as empresas relacionadas no estudo, o que demonstra que há uma homogeneidade das divulgações de todos os indicadores essenciais da empresa.

Dentre todas as empresas analisadas, os indicadores econômicos foram os que obtiveram os melhores índices, exceto a Eletrobras. Todavia, conclui-se que o motivo que justifica esses índices econômicos elevados, se deve ao fato de se tratar de empresas de capital aberto, que devem prestar informações financeiras por força de lei para os *stakeholders*.

A empresa Eletrobras declarou pertencer ao nível de classificação médio (B+). Após análise, observou-se que a empresa apresentou nível de aplicação de 52,08% do GAPIE, o que confirma as informações declaradas como sendo verídicas.

Das empresas analisadas, a Oi apresentou o menor nível de aplicação calculado com índice 43,18%, o que leva a concluir que ela está enquadrada no nível de aplicação (B), e não no nível (C) como auto declarado em seu relatório de sustentabilidade. Conclui-se que um dos motivos desse baixo nível da GAPIE, se deve ao fato da omissão de muitos indicadores essenciais de caráter ambiental e social. Em contrapartida a Oi teve um excelente nível de aderência aos indicadores econômicos, tendo um índice de 71,42%, que isoladamente a enquadraria em um nível (A).

Os resultados encontrados estão de acordo com os estudos de Dias (2006), onde a maioria das empresas atingiu um alto nível de aderência plena e em desacordo com os



resultados dos estudos de Carvalho (2007), no qual nenhuma das empresas alcançaram um alto nível de aderência plena.

De acordo com as diretrizes da GRI (2006) quando um nível de aplicação apresenta um símbolo de + significa que o relatório socioambiental foi divulgado e auditado, conseqüentemente não significa que os relatórios possuem alto grau de aderência, afinal as empresas se autodeclararam pertencer a um determinado nível de aplicação, fazendo a auditoria apenas a análise dos índices para verificar se as informações estão de acordo com os parâmetros da GRI. Conforme os resultados apresentados, pode-se constatar que as empresas apresentaram uma correta classificação dos níveis de aplicação auto declarado, com exceção da Oi que se autodeclarou (C), sendo que ela se enquadra nos parâmetros (B).

Com relação ao desempenho por categoria, das empresas analisadas, constatou-se que o mais baixo índice foi da empresa de telecomunicação Oi com 33,33% na área social, explicado pela omissão de muitos indicadores, e tendo o mais baixo nível da amostra. Já os indicadores econômicos apresentaram o melhor índice, atingindo o máximo de 100% nas empresas Vale, Itaú-unibanco, Petrobras.

Assim como na análise do Quadro 6, a Oi também apresentou um resultado melhor do que o auto declarado em seu relatório anual de sustentabilidade, onde a empresa se auto declara pertencer ao nível C, porém esta se enquadra no nível de aplicação calculado B, pois apresenta um índice de 39,58%.

Quadro 7: Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)

Empresa	Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)				Nível de Aplicação Autodeclarado	Nível de Aplicação Calculado
	Indicadores (%)			Total		
	Econômicos	Ambientais	Sociais			
<b>Bradesco</b>	85,71	93,75	88	<b>89,58</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Itaú/ Unibanco</b>	100	80	79,16	<b>82,60</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Vale</b>	100	82,35	72	<b>79,59</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Petrobras</b>	85,71	82,35	68	<b>75,51</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Banco do Brasil</b>	85,71	57,14	80	<b>73,91</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Cemig</b>	100	76,47	64	<b>73,46</b>	<b>A+</b>	<b>A</b>
<b>Eletrobrás</b>	42,85	52,94	52	<b>51,02</b>	<b>B+</b>	<b>B</b>
<b>Oi</b>	71,42	35,29	33,33	<b>39,58</b>	<b>C</b>	<b>B</b>
<b>Média das empresas</b>	<b>83,93</b>	<b>70,04</b>	<b>67,06</b>	<b>70,66</b>	<b>-</b>	<b>A</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Da análise do Quadro 7 sobre o GEE, verificou-se que os resultados percentuais foram semelhantes àqueles encontrado no GAPIE. A Vale e o Itaú/Unibanco que ocupavam, respectivamente, o 2º e 3º na colocação do GAPIE, inverteram as posições no GEE. O mesmo ocorreu com a Cemig e a Petrobras que ocupavam o 4º e 5º lugares respectivamente no *ranking* do GAPIE, e inverteram de posição no GEE. No caso da Cemig, ela ainda perdeu uma colocação para o Banco do Brasil que passou da 6º colocação no cálculo do GAPIE para a 5º colocação no GEE, deixando a 6º colocação com a Cemig.

Em relação ao desempenho por categoria, os indicadores sociais da Oi apresentaram o menor grau da amostra com 33,33%, assim como no GAPIE. A mesma constatação ocorreu no estudo de Carvalho (2007) e Castro, Siqueira e Macedo (2009), em que os indicadores sociais tiveram o menor nível na divulgação.

Outra observação que deve ser destacada é o grande distanciamento entre o primeiro colocado e o último, com percentual respectivamente de 89,58% e 39,58%. A mesma situação também foi verificada no GAPIE, o que demonstra se encontrarem em estágios bem diferentes de aderência às Diretrizes da GRI. Isso também foi um fator de destaque nos trabalhos de Dias (2006) e Carvalho (2007).

No estudo, observou-se que o nível de *disclosure* voluntário das informações prestada pela empresa, é confirmado nos modelos GAPIE e GEE da maioria das empresas estudadas, com exceção da Oi telecomunicações, que apresentou nível calculado melhor do que o declarado, ou seja, de modo geral não houve distorção das informações apresentadas pelas empresas. Assim, as informações prestadas pelas empresas vêm apresentando mais fidedignidade para os *stakeholders*, o que faz estas empresas adquirirem maior credibilidade no mercado.

Com relação ao desempenho por categoria, tanto o GAPIE e como o GEE apresentaram o menor nível de divulgação de indicadores sociais na área social, devido à omissão de muitos indicadores. Enquanto isso, os indicadores econômicos e ambientais apresentaram os mais altos graus, devido ao fato de serem as maiores empresas brasileiras, conseqüentemente mostrarão os melhores resultados econômicos e com relação ao aspecto ambiental, apresentaram níveis satisfatórios devido à conscientização das empresas e a busca pela conquista dos *stakeholders*.

Diante do exposto, notou-se que apesar da GRI buscar, por meio de suas diretrizes, elaborar relatórios mais padronizados, observou-se que as empresas ainda precisam evoluir significativamente para produzir informações acessíveis e de fácil interpretação, para facilitar a tomada de decisões dos *stakeholders*. Nesse mesmo sentido, Castro, Siqueira e Macedo (2009), concluíram que as empresas estudadas necessitam a cada dia melhorar a qualidade na elaboração das informações voluntárias fornecidas por meio de seus relatórios de sustentabilidade.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos resultados encontrados, conclui-se que as empresas estudadas obtiveram nível satisfatório de divulgação das informações voluntárias referentes aos indicadores da GRI. Com exceção da OI que apresentou baixo nível na divulgação de informações dos indicadores essenciais de caráter social, o que fez a média das empresas estudadas nesse quesito, ser a menor dos três grupos de indicadores de estudo do trabalho (social, econômico e ambiental).

No caso do GAPIE os indicadores omitidos com justificativa (OJ) ajudam no cálculo, haja vista os autores do cálculo terem colocado tal omissão como sendo algo não prejudicial à apresentação do relatório socioambiental.

A empresa Bradesco obteve o melhor índice de *disclosure*, com GAPIE de 91,48% e GEE de 89,59%, não apresentando aderência plena (APL) à apenas 6 indicadores essenciais: EC4, EN23, EN27, HR1, LA5 e PR3.

Entre as empresas pesquisadas, a Oi apresentou o pior índice de *disclosure* com GAPIE de 43,18% e GEE de 39,58%. Esta performance se justificou em função da omissão de muitos indicadores, conforme demonstrado na Quadro 5. Assim não apresentou aderência plena aos seguintes: econômicos (EC6, EC8), ambientais (EN1, EN2, EN11, EN12, EN19, EN20, EN21, EN23, EN26, EN27, EN28) e sociais (HR1, HR2, HR4, HR6, HR7, SO1, SO2, SO3, SO4, SO5, SO8, LA5, LA7, PR1, PR3, PR6 e PR9).

Observa-se que as empresas Itaú/Unibanco, Vale e Cemig obtiveram 100% de aderência plena tanto no GAPIE como no GEE aos indicadores essenciais econômicos. As empresas não apresentaram APL aos seguintes indicadores: ambientais (EN2, EN4, EN8, EN12, EN16, EN17, EN23, EN26, EN27, EN28) e sociais (HR1, HR2, HR5, HR6, HR7, SO1, SO2, SO3, LA1, LA5, LA7, LA10, LA14, PR1 e PR3).

Nesse contexto verifica-se que apenas a Oi e a Eletrobras ficaram com níveis de aderência aos indicadores essenciais da GRI, abaixo da media calculada das empresas analisadas neste estudo, que foi de 73,27% para o GAPIE e de 70,66% para o GEE.

## REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz; CARVALHO, Fernando Nitz de; CRISPIM, Graciele Hernandez. 2004, São Paulo. **Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial**. São Paulo: 4º Congresso Usp, 2004. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos42004/151.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Nível de Disclosure e Custo do Capital Próprio no Mercado Brasileiro**. 2007. 114 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Usp, São Paulo, 2007.

BM&FBOVESPA. **Lista de Empresas Sustentabilidade 2011**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Lista-empresas-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas**. 2007. 140 f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Ciências Contábeis, Ufrj, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://teses2.ufrj.br/Teses/FACC\\_M/FernandaDeMedeirosCarvalho.pdf](http://teses2.ufrj.br/Teses/FACC_M/FernandaDeMedeirosCarvalho.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2012.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul Americano**. In: SIMPOI, 2009, São Paulo/SP. ANAIS

DO 13º SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS. São Paulo/SP: 2009.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maísa de Souza. **Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras.** Revista de Administração Eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-23, 09 jan. 2008. Jan/jun 2008. Disponível em: <[http://www.rausp.usp.br/Revista\\_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf](http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04**, de 19 de agosto de 2004. Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 23 nov. 2012.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras.** 2006. 181 f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Ciências Contábeis, Ufrj, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.facc.ufrj.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=133&task=finish&cid=40&catid=2](http://www.facc.ufrj.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=133&task=finish&cid=40&catid=2)>. Acesso em: 05 dez. 2012.

FORBES. Www.forbes.com: Forbes, Inc, 09 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/global2000/list/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (Holanda). Diretrizes **para relatório de sustentabilidade** 2006. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Portuguese-Starting-Points-1-G3.1.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil.** 2003. 202 f. Tese (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Usp, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/pt-br.php>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: <[http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_oco\\_antnio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_oco_antnio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

INSTITUTO ETHOS (Brasil). Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/documents/GuiaBalanco2007\\_PORTUGUES.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2012.

LIMA, Emanuel Marcos. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil: uma abordagem d.** 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052009-110807/>>. Acesso em: 2013-01-14.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da Teoria da Divulgação para Avaliação da Relação do Nível de Disclosure com o Custo da Dívida das Empresas Brasileiras**. 2007. 118 f. Tese (Doutor em Controladoria e Contabilidade) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Usp, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/pt-br.php> . Acesso em: 25 nov. 2012.

LANZANA, Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestre em Administração) - Curso de Administração, Departamento de Administração, Usp, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/pt-br.php> . Acesso em: 17 nov. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denise. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios**. Revista Contemporânea de Contabilidade, Curitiba, v.15, n. 4, p.731-747, 09 jul. 2011. Jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MURCIA, Fernando Dal-ri; SANTOS, Ariosvaldo Dos. **Teoria do Disclosure discricionário: evidências do mercado brasileiro no período de 2006-2008**. In: ANPCONT, 4., 2012, Natal. Artigo científico. São Paulo: Anpcont, 2010. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE004.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

NASCIMENTO, Vanessa Marcela et al. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. Artigo científico. São Paulo: Usp, 2011. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/190.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

REZENDE, André Gustavo Amadio; MECCHI, Cassiano Luiz; SOARES, Fernanda Maria Rocha. **Meio-ambiente: discussões e tendências da política às empresas**. In: SEMEAD, 7., 2004, São Paulo. Artigo científico. São Paulo: Semead, 2004. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/S A19\\_Meio-ambiente\\_tendencias.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/S A19_Meio-ambiente_tendencias.PDF)>. Acesso em: 10 de Nov. 2012.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais Brasileiro**. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 19, n. 48, p. 37-49 Set./dez. 2008 . Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/48/bruno-marina-pg37a49.pdf>>. Acessos em: 15 nov. 2012.

SILVA, Renata Céli Moreira; CHAUVEL, Marie Agues. **Responsabilidade social das empresas e seus efeitos no comportamento do consumidor: um estudo qualitativo**. Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo, v. 5, n. 2, p.172-186, 17 jul. 2011.

Mai./ago. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151970772008000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772008000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 22 nov. 2012.